



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Registro de preços para a eventual aquisição de microcomputadores portáteis tipo “notebooks”, conforme as quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) faz uso de microcomputadores portáteis tipo “Notebooks” como tecnologia de suporte e apoio essencial à execução de diversas atividades pelos servidores, magistrados e colaboradores, oferecendo maior mobilidade à “estação de trabalho” do usuário, possibilitando realizar as atividades em diversos locais, como em eventos relacionados às Eleições nas diversas regiões do Estado de Santa Catarina, nos treinamentos presenciais de instrutores para equipes das zonas eleitorais, nas reuniões com clientes e colaboradores externos, na participação em congressos, nas visitas institucionais, nas viagens a serviço, no teletrabalho, no acesso a processos administrativos e judiciais eletrônicos, no atendimento biométrico aos eleitores, na produção e comunicação instantânea entre equipes, no aprendizado remoto, entre outros inúmeros benefícios.

Para tanto, é necessário que estejam atualizados tecnologicamente, suportando os requisitos das aplicações e dos sistemas a serem executados, bem como que apresentem o desempenho esperado pelos usuários, de modo a permitir um trabalho efetivo e produtivo. No curto prazo, a não atualização e a obsolescência tecnológica do parque de notebooks podem acarretar reinicializações inesperadas, perdas de dados em processamento, indisponibilidades parciais dos serviços, falhas na atualização do sistema operacional, aumento do número de paradas, dificuldades de uso, quedas de performance, entre outros incidentes não desejados. A longo prazo, contribuem para o surgimento de problemas para a gestão dos ativos pela administração, tais como a inexistência de componentes para manutenções corretivas ainda dentro da vida útil do equipamento, incompatibilidades de software, dificuldades na implantação de soluções de TI e, sobretudo, indisponibilidades totais na operação do equipamento, prejudicando o atendimento das demandas da instituição e da sociedade.

Além da necessidade de atualização tecnológica pela substituição de equipamentos mais antigos do parque do TRE-SC, há demanda para disponibilização de notebooks às equipes das zonas eleitorais e a usuários em teletrabalho, bem como para suportar operação em postos de atendimento biométrico a eleitores (PAB), além das demandas pontuais e relacionadas a eventos diversos nas Eleições.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

A contratação visa a atualização tecnológica do parque de estações de trabalho portáteis (“notebooks”), bem como ampliar a disponibilidade desses equipamentos portáteis, proporcionando o desempenho e a compatibilidade tecnológica adequada à execução dos softwares a serem executados e utilizados pelos servidores, colaboradores e magistrados do TRE-SC em suas atribuições funcionais. Os notebooks a serem adquiridos deverão propiciar agilidade e eficiência às ações das unidades, auxiliando na prestação de serviços de qualidade à Justiça Eleitoral catarinense.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none"><li>RE1 - Satisfação dos usuários de TIC;</li><li>RE2 - Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC;</li></ul>
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none"><li>IN31 - Manter parque tecnológico atualizado.</li></ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n.º 12.611/2022.

### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Bem / Serviço	Demanda prevista	Quantidade a ser contratada	Lote mínimo de pedido
Registro de preço para eventual aquisição de microcomputadores portáteis tipo “notebooks”	520 (quinhentas e vinte) unidades	520 (quinhentas e vinte) unidades	10 (dez) unidades

### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado é de natureza comum, possuindo características usualmente encontradas no mercado, assim como padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas e constantes do Item 3 - “Especificação Técnica Detalhada” deste documento.

Item	Objeto	Quantidade
1	Registro de preço para eventual aquisição de microcomputadores portáteis tipo “notebooks”	520 (quinhentas e vinte) unidades

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

O objeto pretendido não é tecnicamente divisível sem que haja prejuízo para o funcionamento da solução, não havendo condições, portanto, de parcelamento do objeto.

A adjudicação será por item.

### 2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

#### 2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, deverá ser exigido:

- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### 2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”, pelo procedimento do “Sistema de Registro de Preços”.

### 2.12. Impacto Ambiental

#### 2.12.1. Dos resíduos sólidos

Para fins de atendimento ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa contratada deverá se responsabilizar pelo mecanismo de logística reversa de baterias ou outros componentes ambientalmente perigosos.

#### 2.12.2. Da limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente

Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas pelas diretrizes ambientais nacionais. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de Certificado de Rotulagem Ambiental (“Rótulo Ecológico”) emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **ou**
- b) Apresentação de Certificado de conformidade com a Diretiva RoHS, emitido por organismo acreditado pela ABNT, INMETRO ou instituição internacional similar; **ou**
- c) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos quanto à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente.

#### 2.12.3. Do desempenho ambiental dos produtos

Os produtos ofertados devem estar em conformidade com normas ambientais de sustentabilidade. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de Certificado de Rotulagem Ambiental (“Rótulo Ecológico”) emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **ou**
- b) Apresentação de Certificado EPEAT ou indicação de que o equipamento consta do site [www.epeat.net](http://www.epeat.net) na categoria “BRONZE” ou superior; **ou**
- c) Apresentação de Certificado de conformidade com a norma IEEE 1680, emitido por organismo acreditado pela ABNT, INMETRO ou instituição internacional similar; **ou**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos com as normas ambientais de sustentabilidade nacionais.

### 2.13. Conformidade Técnica

#### 2.13.1. Da segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética

Os produtos ofertados devem oferecer segurança ao usuário, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de certificado emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **ou**
- b) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos com os requisitos nacionais de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia.

#### 2.13.2. Da homologação ANATEL

Os produtos ofertados devem ter Certificado de Homologação da ANATEL para dispositivo sem fio, com validade vigente.

### 2.14. Obrigações da Proponente

- 2.14.1. A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos, bem como apresentar amostra do produto cotado, caso esta venha a ser exigida para a verificação de tais requisitos.

### 2.15. Obrigações da Contratante

- 2.15.1. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital.
- 2.15.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 2.16. Obrigações da Contratada

- 2.16.1. Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;
- 2.16.2. **Entregar os produtos em até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado** pelos representantes do TRE-SC, à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
  - 2.16.2.1. Os produtos entregues deverão ser novos (de primeiro uso) e idênticos, com componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.2.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais e lacradas, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;
- 2.16.2.3. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;
- 2.16.2.4. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;
  - 2.16.2.4.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
  - 2.16.2.4.2. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- 2.16.3. **Dar garantia e prestar assistência técnica local (“on-site”) pelo prazo de 5 (cinco) anos ao notebook ofertado e seus componentes, com exceção da bateria, a qual deverá ter garantia por 3 (três) anos, a contar do recebimento definitivo;**
  - 2.16.3.1. Obrigar-se a realizar, dentro do prazo de garantia, manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações sob demanda de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias e componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e suas partes, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
  - 2.16.3.2. Fornecer peças de reposição durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, de desempenho igual ou superior;
  - 2.16.3.3. Disponibilizar atendimento técnico, dentro do horário comercial, para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura do chamado, podendo haver, adicionalmente, disponibilização de sistema de atendimento eletrônico na Internet (web);
  - 2.16.3.4. Prestar as assistências técnicas na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;
  - 2.16.3.5. A Contratada deverá **solucionar o defeito apresentado em um prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do dia de abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;
  - 2.16.3.6. Manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE-SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;
  - 2.16.3.7. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- 2.16.4. Não transferir o objeto a outrem, no todo ou em parte, sem prévia anuência do TRE-SC;
- 2.16.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## 3. Especificação Técnica Detalhada

### 3.1. ITEM 1 - Microcomputador portátil tipo “notebook”, com as seguintes especificações técnicas mínimas:

#### TIPO

- 3.1.1. Microcomputador portátil tipo “Notebook”;

#### PROCESSADOR

- 3.1.2. Próprio para o segmento *Laptop*, não sendo aceitos processadores para segmento *Desktop*;
- 3.1.3. No mínimo, 4 (quatro) núcleos físicos;
- 3.1.4. **Pontuação “CPU Mark” mínima de 10.000 (dez mil) pontos**, considerando o resultado do *benchmark* para o processador cotado, segundo publicação no site especializado:  
[https://www.cpubenchmark.net/CPU\\_mega\\_page.html](https://www.cpubenchmark.net/CPU_mega_page.html)
- 3.1.5. Além da pontuação mínima exigida no item anterior, o processador ofertado deverá constar da respectiva lista de processadores suportados pelo sistema operacional Microsoft Windows 11, disponíveis em:
- Processadores AMD:  
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-amd-processors>;
  - Processadores INTEL:  
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-intel-processors>;
- 3.1.6. Suporte a sistemas e conjuntos de instruções operacionais de 32 e 64 bits;
- 3.1.7. Suporte a tecnologias de extensões de virtualização;
- 3.1.8. Suporte a memórias tipo DDR4 2666 MHz;
- 3.1.9. Sistema de dissipação de calor eficiente e corretamente dimensionado para o processador;
- 3.1.10. O modelo de processador ofertado não deve ter atingido a fase de fim do ciclo de vida útil (“*End-Of-Life*” ou “*Discontinued*”);
- 3.1.11. **A marca/família e o código completo do processador ofertado devem estar explicitados na proposta comercial;**

#### UEFI

- 3.1.12. Idioma Português ou Inglês;
- 3.1.13. Atualizada e atualizável por software;
- 3.1.14. Compatível com padrão *Plug-and-Play*;
- 3.1.15. Suporte a senha de proteção para acesso;
- 3.1.16. Suporte à inserção de código de identificação do equipamento com, no mínimo, 8 (oito) dígitos;
- 3.1.17. Suporte à inicialização (*boot*) pela rede (“PXE”) e por USB;





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### PLACA-MÃE

- 3.1.18. Controladora de vídeo integrada, com resolução mínima de 1920x1080, taxa de atualização mínima de 60 Hz, compatível com os padrões DirectX 12, HDMI 1.4 e *Plug-and-Play*, com suporte a, no mínimo, 2 (dois) monitores externos independentes (imagens diferentes em cada monitor);
- 3.1.19. Suporte total às características especificadas para o processador, controladora de vídeo, memória e dispositivo de armazenamento;
- 3.1.20. Chipset plenamente compatível com o processador cotado, com suporte a tecnologias que implementam extensões de virtualização de I/O;

### MEMÓRIA RAM

- 3.1.21. 2 (dois) slots SODIMM DDR4, ambos acessíveis e atualizáveis, com suporte à configuração máxima total de 32 GB (trinta e dois gigabytes);
- 3.1.22. Memória RAM instalada de 16 GB (dezesesseis gigabytes), configurada em apenas 1 (um) slot (1x16 GB), tipo DDR4 2666 MHz ou superior;

### ARMAZENAMENTO

- 3.1.23. 1 (uma) unidade de disco de estado sólido interna tipo SSD M.2 PCIe NVMe, com capacidade de armazenamento mínima de 500 GB (quinhentos gigabytes);

### TELA

- 3.1.24. Tela de vídeo integrada, com tamanho mínimo 14,0" e máximo de 15,6", formato *widescreen*, com resolução HD (1366x768 pixels) ou superior, tipo plana com retroiluminação por LED e tecnologia antirreflexo;

### PORTAS USB

- 3.1.25. No mínimo, **3 (três) portas USB livres** quando o notebook estiver conectado à rede elétrica (em carregamento), estando livres, ao menos:
  - 3.1.25.1. 1 (uma) porta USB 3.2 de 1ª Geração (5 Gb/s ou superior) Tipo-A; e
  - 3.1.25.2. 1 (uma) porta USB 3.2 de 2ª Geração (10 Gb/s ou superior) Tipo-C compatível com DisplayPort, acompanhada de cabo USB-C para DisplayPort;
  - 3.1.25.3. Não será aceita a utilização de adaptadores ou soluções externas (por exemplo, HUB USB) para atendimento deste requisito;

### INTERFACES DE VÍDEO

- 3.1.26. 1 (uma) porta HDMI 1.4 ou versão superior;
  - 3.1.26.1. Caso o notebook possua uma segunda saída de vídeo digital HDMI ou DisplayPort (além da exigida no subitem 3.1.26), fica dispensado o subitem 3.1.25.2;

### INTERFACES DE ÁUDIO

- 3.1.27. Controladora integrada de som;
- 3.1.28. Alto-falantes duplos integrados;
- 3.1.29. Conectores (ou conector "combo") para entrada e saída de áudio, não sendo aceita solução USB para interface de áudio;

### INTERFACES DE REDE

- 3.1.30. Controladora de rede integrada, Gigabit Ethernet, totalmente compatível com os padrões IEEE



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

802.3, IEEE 802.3u e IEEE 802.3ab, com suporte a auto-negociação, Full Duplex, Plug-and-Play, Wake-on-LAN e configurável por software, com 1 (uma) porta RJ-45 no chassi do notebook, não sendo aceita solução USB para interface de rede;

- 3.1.31. Controladora integrada de rede sem fio compatível com padrão Wi-Fi 802.11ac e suporte a Bluetooth 5.0 ou superior, não sendo aceita solução USB;

### TECLADO

- 3.1.32. Teclado integrado padrão brasileiro ABNT2;
- 3.1.33. Resistente ao desgaste e ao respingo de líquidos, predominantemente na cor preta;

### MOUSE/APONTADOR

- 3.1.34. Painel apontador tátil ("touchpad") integrado ao chassi, com suporte a multitoques;
- 3.1.35. Acompanhar mouse externo, tipo laser ou LED, ambidestro, predominantemente na cor preta, com resolução mínima de 1000 (mil) DPI, 3 (três) botões (incluindo de rolagem) e cabo USB;

### CHASSI

- 3.1.36. Microfone e câmera frontal com resolução HD 720p ou superior, embutidos ao chassi;
- 3.1.37. Fenda (slot) para trava de segurança tipo *Kensington* ou similar;
- 3.1.38. Predominantemente na cor preta;
- 3.1.39. Chassi do mesmo fabricante do equipamento fornecido, sendo aceito o regime de OEM (*Original Equipment Manufacturer*);
- 3.1.40. Base ou pés em material antiderrapante;
- 3.1.41. Características de circulação de ar e de dissipação de calor eficientes;

### FONTE E BATERIA

- 3.1.42. Alimentação elétrica por adaptador externo automático 100-240V AC, com potência adequada ao perfeito funcionamento do notebook;
- 3.1.43. Cabo de força com conector macho padrão brasileiro (NBR 14136);
- 3.1.44. Bateria com, no mínimo, 3 (três) células e capacidade de 41 Wh ou superior;

### SISTEMA OPERACIONAL

- 3.1.45. Cada equipamento deve incluir 1 (uma) licença perpétua do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits Português Brasil com direito a downgrade para Windows 10 Professional 64 bits Português Brasil, com chave de ativação gravada no BIOS/UEFI;

### SEGURANÇA

- 3.1.46. Módulo de Plataforma Confiável (TPM - Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior, com implementação discreta, integrada ou de *firmware*;
- 3.1.47. Leitor de impressão digital integrado ao notebook;
- 3.1.48. Cada notebook deverá acompanhar 1 (uma) mala/mochila para transporte, confeccionada em material resistente, que comporte o notebook, fonte, mouse e demais acessórios;

### COMPATIBILIDADE

- 3.1.49. Todos os componentes do microcomputador que interagem com o sistema operacional devem ser compatíveis com o sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64 bits;





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.50. Compatível com o padrão UEFI, comprovado por meio da presença do fabricante na lista de membros do site do *Unified Extensible Firmware Interface Forum* - UEFI (<https://uefi.org/members>), em qualquer categoria (*Promoters, Contributors* ou *Adopters*);

3.1.51. Certificação de Homologação pela ANATEL para dispositivo sem fio, com validade vigente;

### SUSTENTABILIDADE

3.1.52. Os produtos não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas na diretiva ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);

3.1.53. Os produtos ofertados devem atender às normas ambientais de sustentabilidade e aos requisitos de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia estabelecidos pelas normas aplicáveis;

3.1.54. Os produtos devem ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais, lacradas e originais do fabricante, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;

### GARANTIA

3.1.55. **A Contratada deverá dar garantia e prestar assistência técnica local (“on-site”) pelo prazo de 5 (cinco) anos a todos os componentes do notebook ofertado, com exceção da bateria, que terá garantia de 3 (três) anos.**

### OUTROS REQUISITOS

3.1.56. Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;

3.1.57. Não devem ser usadas configurações que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como alterações de frequência de *clock* (*overclock*), características de disco ou de memória, bem como uso de recursos não recomendados pelo fabricante para a garantia da vida útil do equipamento;

3.1.58. Estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;

3.1.59. Produtos fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, acompanhando todos os acessórios, *drivers* e componentes (cabos, etc.);

3.1.60. Todas as licenças referentes a *softwares* e/ou *drivers* solicitados devem, se necessário, estar registradas para utilização do TRE-SC em modo definitivo (perpétuo), não sendo admitidas versões “*shareware*” ou “*trial*”;

### INFORMAÇÕES DE PROPOSTA

3.1.61. **Deverá ser informado na proposta:**

- **Marca e modelo/código do processador cotado; e**
- **Marca e modelo/código do notebook cotado.**

3.1.62. **Deverá acompanhar a proposta:**

- **Catálogos, fichas técnicas ou outros documentos relativos ao produto cotado, nos quais constem as informações necessárias à comprovação do atendimento às especificações técnicas exigidas.** Em caso de dúvida, poderão ser solicitadas informações adicionais para a devida comprovação do atendimento aos requisitos técnicos;
- **1 (um) dos documentos comprobatórios descritos no subitem 2.12.2 (limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente);**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1 (um) dos documentos comprobatórios descritos no subitem 2.12.3 (desempenho ambiental dos produtos);
- 1 (um) dos documentos comprobatórios descritos no subitem 2.13.1 (segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética).

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

N/A.

### 3.3. Códigos SIASG

Código: 462904.

### 3.4. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 06 de julho de 2022



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

- 1.1.1. A função de Gestor do Contrato caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC (SGATI), ou seu substituto, ou seu superior imediato, localizada na Rua Esteves Júnior, n° 68, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-7459 e endereço eletrônico: [csit-sgati@tre-sc.jus.br](mailto:csit-sgati@tre-sc.jus.br).
- 1.1.2. A gestão da contratação será confiada à Equipe de Gestão da Contratação, composta pelo Gestor da Contratação e pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo indicados abaixo:

Integrantes	Nome	Unidade
<b>Gestor da Contratação</b>	<b>Gilberto José Rossa Jr.</b>	<b>Chefe da Seção de Gestão de Ativos de TI</b>
Substituto	Marcus Vinícius Doreto	Seção de Gestão de Ativos de TI
<b>Fiscal Demandante</b>	<b>Gilberto José Rossa Jr.</b>	<b>Seção de Gestão de Ativos de TI</b>
Substituto	Marcus Vinícius Doreto	Seção de Gestão de Ativos de TI
<b>Fiscal Técnico</b>	<b>Josué da Silva Monteiro</b>	<b>Seção de Gestão de Ativos de TI</b>
Substituto	Gilberto José Rossa Jr.	Seção de Gestão de Ativos de TI
<b>Fiscal Administrativo</b>	<b>João Batista S. da Silva</b>	<b>Seção de Licitações</b>
Substituto	Carlos Ruas de Araújo	Seção de Licitações

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- 1.2.1. A Contratada deve entregar os notebooks à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, **em até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado** pelos representantes do TRE-SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 1.2.2. A Contratada deverá disponibilizar atendimento técnico para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, dentro do horário comercial, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura dos chamados;
- 1.2.3. A Contratada deverá prestar as assistências técnicas na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, localizada à Rua Esteves Júnior, n.º 68, 2º andar, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;
- 1.2.4. A Contratada deverá solucionar o defeito apresentado em um prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do dia da abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;
- 1.2.5. A Contratada deverá manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE-SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;
- 1.2.6. A Contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

### 1.3. Instrumentos Formais

- 1.3.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora.

### 1.4. Prazos de Garantia

- 1.4.1. A empresa contratada deverá dar **garantia e prestar assistência técnica local (“on-site”) pelo prazo de 5 (cinco) anos a todos os componentes do notebook ofertado, com exceção da bateria, que terá garantia de 3 (três) anos**, após o recebimento definitivo do objeto;
- 1.4.2. É obrigação da Contratada a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos produtos, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 1.4.3. Dentro do prazo de garantia, a Contratada obriga-se a realizar manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações, sob demanda, de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias, placas e demais componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e de suas partes, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 1.4.4. A Contratada deverá fornecer peças de reposição originais durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, também originais, de desempenho igual ou superior;

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

- 1.5.1. A comunicação entre o TRE-SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico, e-mail ou pessoalmente, no local da prestação dos serviços.
- Seção de Gestão de Ativos de TI
  - Titular da Chefia: Sr. Gilberto José Rossa Júnior;
  - Telefone: (48) 3251-7459;
  - Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;
  - E-mail: [csit-sgati@tre-sc.jus.br](mailto:csit-sgati@tre-sc.jus.br).
- 1.5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da entrega do objeto e da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pelo titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato.
- 1.5.3. A Fiscalização terá autoridade para:
- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer membro da equipe da Contratada que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às orientações do Gestor do Contrato, não implicando em modificações de prazo ou de condições contratuais;
  - b) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
  - d) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução;
  - e) Determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRE-SC.
- 1.5.4. A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após os serviços.
- 1.5.5. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à SGATI/CSIT/STI do TRE-SC.

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- 1.6.1. Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.
- 1.6.2. Os materiais entregues serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.
- 1.6.3. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.
- 1.6.4. O recebimento definitivo dar-se-á em até:
- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.7. Pagamento

- 1.7.1. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:
- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos objeto desta licitação, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.